

Secretaria de Educação pode chamar mais 300 professores

Antônio Ibañez pretende convocar também os docentes que trabalham em outros órgãos do governo. Eles dariam aula por 45 dias

Ricardo Mendes
Da equipe do **Correio**

Vale tudo para tentar diminuir o prejuízo dos alunos que estão perdendo aula por falta de quem lhe ensine as lições. Depois de convocar para as salas de aula os professores que atuam em serviços burocráticos nos órgãos da Secretaria de Educação, o secretário da pasta, Antonio Ibañez, quer de volta ao quadro negro os profissionais que trabalham nas demais repartições do governo do Distrito Federal.

Encerra hoje o prazo que Ibañez fixou para que se apresentem às regionais de ensino os professores cedidos para atividades administrativas nas próprias regionais, na Secretaria de Educação e na Fundação Educacional. A convocação se deu por meio de uma portaria publicada quarta-feira no Diário Oficial.

A portaria fixou em 48 horas o prazo de apresentação, mas ainda não se definiu se haverá punição para quem ignorar o chamado. "Se for o caso, a pessoa voltará a dar aulas por perder o cargo atual", especula Ibañez.

Outra tentativa de resolver a crise está na gaveta. "Estamos estudando a possibilidade de lançarmos um decreto convocando também o pessoal cedido aos demais órgãos do governo do Distrito Federal", antecipa o secretário. Ele pondera que a portaria que assinou pede aos professores que se afastem de suas funções administrativas por apenas 45 dias. "À medida em que a situação for normalizada, esse pessoal poderá voltar para onde estava."

Essas medidas, porém, são paliativas, já que o total de professores

cedidos não chega a um terço da carência de profissionais. Ibañez afirma não saber exatamente quantos profissionais estão nessa situação, mas estima em 200 o número de trabalhadores atuando na área burocrática das repartições da sua secretaria. Os demais órgãos do governo reuniriam outros 300.

A soma desses dois grupos está distante do total de vagas a serem preenchidas nas escolas. Até sábado, o vazio correspondia a 1.739 professores. Na quarta-feira, foram contratadas 200 pessoas para o Plano Piloto, 160 para Santa Maria e 130 para Ceilândia.

Em mais uma tentativa de preencher esse vácuo, a secretaria chamou na quarta-feira 4 mil aprovados em concursos para que se apresentem e tomem posse no emprego. Foi a 13ª convocação para os concursados. Para contratos temporários, já houve oito convocações. Mas, ironicamente, a cidade que tem 122,8 mil desempregados — segundo o mais recente levantamento patrocinado pelo governo — não tem pessoas correndo para ocupar esses postos de trabalho.

Para o Sindicato dos Professores, os concursados não estão se apresentando para trabalhar por um só motivo. "Não é fácil encontrar quem concorde com a falta de reajuste nos salários e com o não pagamento do vale-alimentação, que já ocorre há 15 meses", argumenta um dos diretores da entidade, João Bosco Monteiro Lobato. "O início do ano letivo foi tumultuado por culpa das falhas no planejamento da Secretaria de Educação", acrescenta outro diretor, Marcos Pato.

Paulo de Araújo



Ibañez: professores voltam às funções originais quando situação se normalizar

ANÁLISE DA NOTÍCIA

IRÔNICO SISTEMA DE ENSINO

O sistema educacional público do Distrito Federal é rico em ironias. Brasília é a capital com maior índice de desemprego, somando 122,8 mil pessoas. Mas, somente nesta semana, quatro mil cidadãos aprovados em concursos receberam o chamado para trabalhar em escolas, na disputa por pouco mais de 1.700 vagas. Ainda assim, o vazio não foi preenchido.

Os professores daqui recebem os maiores salários do país. Ainda assim, o sindicato da categoria sustenta que falta profissionais porque o contracheque estaria magro. Se isso é verdade, por que tanta gente ainda paga a ficha de

inscrição para prestar concurso, perde o fim de semana fazendo provas e compra jornais para ver se foi aprovada?

A verdade é que milhares de alunos se vêem prejudicados. Para isso, contribui o fato de a legislação assegurar aos concursados um prazo de 90 dias entre a convocação e o início do trabalho.

Mesmo que esse impasse se resolva, outro virá logo. A data-base dos professores é em 1º de maio. Veremos então uma velha lição de aritmética: sindicato reivindicando reajuste mais governo quebrado financeiramente é igual a greve. (RM)